

POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA A SUSTENTABILIDADE E PRESERVAÇÃO CULTURAL: O ESPAÇO DA PRAÇA COMO ESPAÇO DE (SOBRE)VIVÊNCIA

Jussara Martins Rodrigues¹João Donizete Lima²¹ jussaramartinsfabiano@yahoo.com.br² donizeteufg@gmail.com

Resumo: As praças públicas concebidas como espaços sociais de onde ramificavam as cidades são locais de múltiplos conhecimentos. A pesquisa acerca da preservação do espaço da praça como sendo parte da política pública voltada para a sustentabilidade e preservação cultural, tem como tema principal: a reflexão acerca da intervenção do poder público no espaço estudado. Assim no espaço que esta pesquisa abarca, a avaliação do impacto das políticas públicas na praça tem caráter mensurador da relação pessoa-cidade. Desta forma este artigo busca analisar os efeitos que as reformas e restaurações das praças imprimem ao contexto do Centro Histórico de Itumbiara (GO), adotando uma abordagem dialética - qualitativa e volta-se a abordar a abordagem mais crítica e ampla da realidade das praças em questão.

Palavras-chave: Geografia. Praças. Cultura.

1. Introdução

Na literatura e nas artes do período da poesia condoreira que encontrou seu expoente em Castro Alves no Brasil, a praça foi colocada para apreciação como espaço destinado a manifestação popular onde este povo recebia as manifestações culturais e, ele mesmo, atuava como protagonista nestes eventos. Para além disso a praça era inda local de debate político e – também – local onde o comércio acontecia regularmente. Chama a atenção ainda que a praça servia para a repreensão e punição de escravos e párias sociais. Célebre no canto de Castro Alves tais locais funcionaram – e funcionam – como marcos fundamentais da edificação das cidades, sobremaneira nas cidades do interior de Goiás.

É na praça, desde o período do bandeirantismo que se originam as primeiras edificações citadinas quando da formulação de um povoado. No entorno da praça central nas cidades que surgem a época do povoamento do sertão goiano três edificações se destacam neste entorno: a igreja, a prefeitura – ou centro administrativo e a cadeia; estabelecendo assim o papel da praça como local de confluência destas três ordens que regem a cidade em nascimento para, daí, surgirem os demais espaços urbanos sempre a gravitar em torno das instituições nela estabelecidas e expoentes da cultura de cada época.

Se para Foucault (1979) a cidade, as instituições nascem como o projeto de disciplinar o espaço e as pessoas; pode-se avaliar no delinear do espaço citadino que a instauração destas três instituições no berço de nascimento das cidades corresponde a matriz de projeto disciplinador de ocupação do espaço urbano onde as classes tem lugares muito específicos.

Assim a cidade nasce da praça e nela são estabelecidas as relações de ocupação e replicação da ocupação espacial. É na praça central então que estão reunidas as instituições e também estabelecido o ponto de sustentabilidade econômica e ambiental, mas também como ponto de preservação da cultura primeira desta cidade, refletindo em si tanto a história – no que tange sua antiguidade; quanto a transformação desta história, no que concerne seu progresso. Faz-se então o dialogar com a noção de praça/espço com a elaboração do conceito “espço” de Milton Santos:

[...] O espaço por suas características e por seu funcionamento, pelo que ele oferece a alguns e recusa a outros, pela seleção de localização feita entre as atividades e entre os homens, é o resultado de uma práxis coletiva que reproduz as relações sociais [...] o espaço evolui pelo movimento da sociedade total (SANTOS, 1978, p. 171).

Assim a análise geográfica leva a reflexão acerca da função que este espaço abarca ao longo dos anos, sua função/ não – função em cidades ávidas pela transformação capitalista gritante e pela necessidade de preservação das áreas verdes e sua história. Sob o ponto de vista da análise geográfica o ver as praças nas cidades do interior do Brasil constrói a elaboração do refletir acerca de qual a função que este espaço vem congregando ao longo dos anos e o que ele representa, abarca ou segrega.

Este trabalho é então uma observação sobre as três praças localizadas na região central da cidade de Itumbiara (GO). Tais espaços são constituintes do centro histórico e cultural da cidade e refletem neste contexto, em escala microcós mica, o macrocosmo da cidade – suas pe lejas ambientais, sua cultura e os embates econômicos que o todo condensa.

Desta forma, a avaliação da praça vai para além de espaço livre/ vago; abarca outrossim o caráter de espaço de preservação cultural ambiental de Itumbiara (GO) explicitado na ocupação popular e na gritante destruição ambiental que a mesma condensa, reflexo de políticas públicas aplicadas a revelia da necessidade da população e voltadas basicamente para atender as necessidades do entorno comercial, não as necessidades das pessoas enquanto ocupantes e usuários deste espaço. Elas constituem o centro histórico cultural da cidade refletindo neste contexto microcós mico o macrocosmo da elaboração das cidades do interior e sua estrutura econômica, política e social. Na cidade em questão sintetizam em seu entorno os centros financeiros e balizam as demais atividades.

Assim, com a geografia como veia *mater* do estudo parte-se para a avaliação do espaço geográfico como espaço de vivência social e cultural/histórico que o mesmo detém, avaliando qual o impacto de políticas públicas para a manutenção da cultura que tal espaço carrega. Avalia-se então a praça aqui no contexto da cidade moderna, esterilizada dos sup lícios

públicos em praça como ocorriam anteriormente. O que é avaliado é qual o papel social/ cultural/ ambiental da praça quando da sanitização das cidades após a transformação do espaço do povo para a transformação do espaço para o povo, povo este regulamentado, controlado e higienizado das cidades modernas.

Assim, a sustentabilidade deste local popular é a sustentabilidade da própria história e cultura do povo oriundo da formação da cidade que se expande a partir deste espaço, ora aceitando-o, ora utilizando-o para empreender as modificações sociais e culturais que lhes são caras e reflitam na transformação econômica do contexto no qual esta sociedade se insere.

2. Definição do Problema

Para a elaboração de uma política pública de preservação da cultura de determinado local a fim de que esta preservação se converta em um bônus e não um ônus para a população, faz-se necessário visualizar a sustentabilidade deste aspecto cultural como empreendimento em longo prazo. Assim a percepção do valor do patrimônio advém do conhecimento acerca do espaço que deve ser disseminado para a população. Neste jogo do público privado a praça é do e para o povo, mas sua existência advém da elaboração da cidade que, em linhas gerais, segue a determinação dos poderes latentes no contexto urbano – religião, política, capital; em alternância sutil – que uma vez estipulados com balizadores do contexto urbano, especialmente nas cidades interioranas, acabam por aplicar aquilo que lhes convém e, nem sempre, o que é necessidade para a população que gravita o entorno das praças.

As parcerias públicas – privadas tem somado esforços para a manutenção das praças, mas a alteração empreendida não contempla, sobremaneira, a preservação dos aspectos culturais. As ações voltadas para a preservação das praças em Itumbiara (GO) são focadas na manutenção das relações de poder outrora estabelecidas. A parceria público privada é a trágica manutenção d apolítica pública da troca de favores que beneficia a poucos, e exclui a grande massa urbana que utiliza a praça como meio de sobrevivência, trânsito e lazer. Assim as ações empreendidas atuam para o declínio do aspecto ambiental e cultural buscando fomentar o comércio, não o caráter social.

É necessário então salientar que o problema da sustentabilidade e preservação cultural é para além do ambiente, e deve contemplar a análise do mesmo com nuances subjetivas muito mais complexas que a edificação em si; alterações do escopo da praça da República enviesam pra a deterioração das sutis nuances culturais expressas no traçado do calçamento, no formato das fontes e – para além disso – altera a temperatura do centro da cidade ao retirar a

massa verde. Por conseguinte esta ação amplifica o desconforto humano nestes espaços que atinge adiante a qualidade de vida dos usuários e trabalhadores do local. É clara então nesta análise a fala de Dias (1999, p. 11):

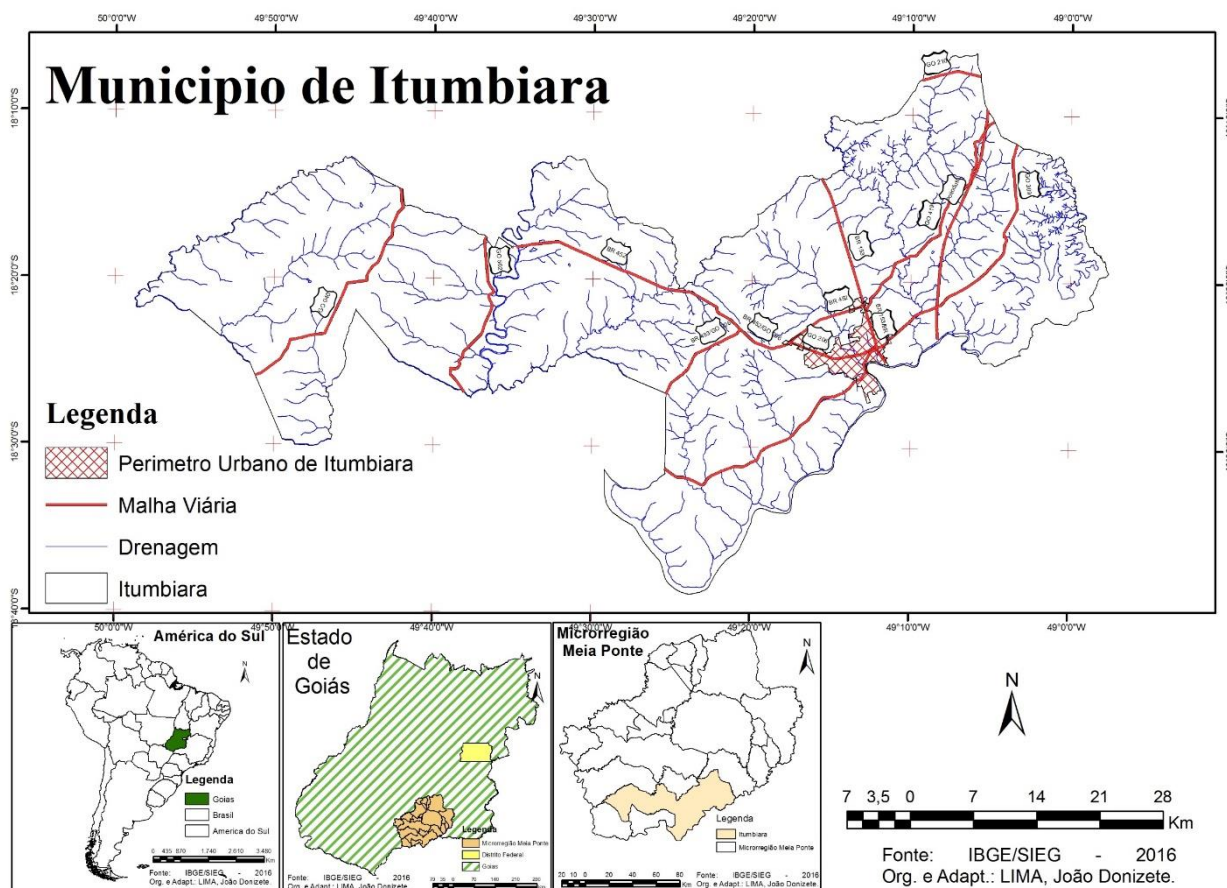
[...] O urbanismo é ao mesmo tempo uma técnica de organização do espaço e uma estratégia política. A mais singela ou ingênua intervenção urbana encerra uma intenção política e social, pois influi na vida do cidadão, no seu cotidiano, lazer e trabalho. Influi, enfim, nas relações sociais, na sociabilidade de cada pessoa.

O problema dos planos diretores que empreendem transformações sem o estudo de caso de cada local a ser transformado é gritantemente uma forma de extirpar o sentido social e ambiental, esterilizando o significado das praças e relegando-as a definição de espaço vazio não um espaço de preservação ambiental, mobilidade, lazer e cultura.

Desta feita, a ação moderna de edificar praças sob a pretensa argumentação de aplicar uma edificação pública, não necessariamente o é quando esta edificação não atende os interesses da coletividade. A política somente será pública quando contemplar os interesses públicos, ou seja, os interesses do coletivo como um todo conforme afirma Burci (2002).

Assim, o questionamento aqui volta-se para a determinação de quais seriam as estratégias que as políticas públicas devem adotar para a retomada do valor histórico das praças, obviamente sem a reforma das mesmas, mas sob um amplo debate acerca da necessidade de revitalização e devolução ao povo do espaço de convivência proposto na cidade moderna, sem depredação, mas sim com a ampla sustentabilidade de seu caráter social e a preservação da cultura que elas representam.

A localização do estado de Goiás no interior do país expõe esta parcela do território nacional a alcunha de periferia do desenvolvimento. Mais que isso, ao observarmos o mapa e localização da cidade de Itumbiara, o que é percebida é a grande distância que a cidade está dos centros regionais tais como Goiânia e nacionais: Rio de Janeiro e São Paulo. Desta feita, é importante perceber que o distanciamento dos centros tidos como de maior efervescência cultural é diretamente proporcional à necessidade de diminuir esta distância. Desta forma, como a proximidade geográfica física não se faz possível, resta o empenho na aproximação das características mais latentes: o comércio e a arquitetura. Sem considerar as políticas de preservação cultural.



Aqui se propõe então diretrizes ao poder público municipal para que seja efetuada a restauração dos espaços das praças preservando as características inerentes às mesmas de forma a preservar assim seu papel enquanto espaço de socialização e de patrimônio cultural. Levando em consideração a localização do município e seu papel enquanto patrimônio imaterial na microrregião do Meia Ponte.

A pesquisa etnográfica nos revela que é necessário uma restauração primeira do conceito da praça qual o contexto ocupado pela praça em Goiás, para, desta forma, elencar as ações de revitalização e seus impactos para, então, investigar a existência de ações que contemplem a preservação das praças dentro do plano diretor.

Com tais observações vem de encontro a especificidade da pesquisa delinear diretrizes para a gestão das praças como espaços de sustentabilidade cultural e avaliar as diretrizes elaboradas. Esse trabalho se justifica desta forma pela necessidade de propor diretrizes ao poder público municipal a fim de que seja efetuada a restauração dos espaços das praças preservando as características inerentes às mesmas, de forma a preservar assim seu papel enquanto espaço de socialização e de patrimônio cultural é a proposta de que deriva da compreensão do texto, “o espaço é hoje um sistema de objetos cada vez mais artificiais,

povoado por sistemas de ações igualmente imbuídos de artificialidade, e cada vez mais tendentes a fins estranhos ao lugar e a seus habitantes” (SANTOS 1997, p. 51). Assim é preciso analisar em que instância o poder público deve agir a fim de propor benefícios às pessoas e não excluí-las de seu lugar de origem.

O valor social desta pesquisa se justifica pela necessidade de repensar os planos diretores das cidades no claro intuito de propor o resgate do espaço da praça como espaço mais que geográfico, mais que estético; um espaço social, cultural, histórico e educacional.

O processo de reprodução do espaço na metrópole apresenta como tendência a destruição dos referenciais urbanos, isto porque a busca do incessantemente novo - como imagem do progresso e do moderno - transforma a cidade em um instantâneo, onde novas formas urbanas se constroem sobre outras, com profundas transformações na morfologia, o que revela uma paisagem em constante transformação. Nesse contexto, as práticas urbanas são invadidas/paralisadas, ou mesmo cooptadas, por relações conflituosas que geram, contraditoriamente, estranhamento e identidade, como decorrência da destruição dos referenciais individuais e coletivos que produzem a fragmentação do espaço (realizando plenamente a propriedade privada do solo urbano) e com ele, da identidade, enquanto perda da memória social, uma vez que os elementos conhecidos e reconhecidos, impressos na paisagem da metrópole, se esfumam no processo de construção incessante de novas formas urbanas. A destruição dos referenciais urbanos fica visível no desaparecimento das marcas do passado histórico na e da cidade provocando, não só o estranhamento porque as formas mudam rapidamente, mas também, porque estas produzem as possibilidades que atestam o empobrecimento das relações de vizinhança, a mudança das relações dos homens com os objetos que lhe são próximos e o esfacelamento das relações familiares (CARLOS, 1994, p. 13).

O que não pode ser mensurado neste processo é a perda imaterial, que acaba por destituir a cidade daquilo que lhe é tão caro, entretanto impalpável ao primeiro olhar: sua cultura, sua história. Assim, o estudo aqui empreendido foi realizado com base na pesquisa de campo, avaliando o contexto geográfico no qual estão instauradas as praças e como este espaço foi demarcado. Desta forma ao obter as informações acerca do centro histórico de Itumbiara foi possível contextualizar as praças dentro do local demarcado segundo o plano diretor de 2006, no qual as praças são compreendidas no centro histórico como pontos demarcadores do mesmo, o que consta do jornal Diário de Itumbiara (2013):

CENTRO HISTÓRICO DE ITUMBIARA FAZ PARTE DE ÁREA ESPECIAL DE INTERESSE URBANÍSTICO. O município de Itumbiara quando da aprovação de seu plano diretor em 2006 foi dividido em dez macrozonas, sendo a urbana, uma delas. O mesmo Plano Diretor criou as áreas especiais, entre as quais se destaca as de Interesse Urbanístico. Estas áreas especiais devem ser integradas da melhor forma a estrutura da cidade, com normas próprias de uso e ocupação do solo e destinação específica. São consideradas áreas especiais de Interesse Urbanístico, o CENTRO HISTÓRICO, o Capim de Ouro, o Parque Linear da Avenida Beira Rio, a Prainha e sua extensão, os Cemitérios, O Complexo Esportivo, a Escola de Tempo Integral e a UEG. O Centro Histórico seria um círculo imaginário cortado ao centro pela Rua Paranaíba, antiga Rua do Porto Velho, circundado por parte da Avenida Trindade até a Rua Benjamin Constant, até a altura da Rua João Manoel de Souza e por outro lado a divisa seria a Rua Goiás. Este espaço que deveria ser preservado, praticamente não

conta com mais nenhum local histórico, a não ser as próprias ruas (Diário de Itumbiara, 2013).

Dessa forma, a percepção de que a notícia é de interesse popular remete a percepção igual de que a praça faz parte da cidade não apenas como espaço livre, mas espaço de manutenção da identidade popular itumbiareense.

O Centro Histórico que tem como construção mais antiga a Igreja de Santa Rita de Cássia, construída por volta de 1852, não foi preservada em suas características e já foi totalmente modificada. A antiga Prefeitura que funcionou na Rua João Manoel de Souza, também não existe mais na característica original. Casarões localizados na antiga Praça Getúlio Vargas, hoje, Praça da República também foram destruídos (Diário de Itumbiara, 2013).

Na aplicação de tais políticas a ação predatória não encontra embargos nos conselhos locais, apenas a determinação do Centro Histórico ocorre, mas a normatização de sua preservação e os aspectos a serem observados não são avaliados parte por descaso do poder público, parte por ineficiência dos conselhos, mas sobretudo pelo profundo e profuso desconhecimento acerca de quais as necessárias ações para a preservação destes espaços além da completa ignorância acerca do delicado equilíbrio que as praças detêm no contexto urbano.

O Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano, que deveria participar opinando nas mudanças nestas áreas especiais, praticamente não atua. Assim, o Centro Histórico é apenas um nome bonito que está na Lei no Plano Diretor, mas que não faz parte da realidade do itumbiareense, que não tem preocupação em preservar mais de 170 anos de história (Diário de Itumbiara, 2013).

A análise deste local se dá então em caráter multidisciplinar e carregado de maiores significados afinal a geografia não é constituída apenas de um amontoado de dados, mas também o significado que estes dados dão de forma mais ampla abarcando os impactos da transformação do espaço na transformação do homem que nele habita.

Praça da República (2)



Fonte: Arquivo Pessoal (2016)

Contrapondo a informação acerca do que foi determinado como centro histórico enquanto espaço da cultura em 2006 e 2016, os dez anos permitem uma comparação em transformações substanciais. Até mesmo a praça central mencionada na publicação de 2013 não resistiu ao planejamento urbano empreendido no local.

Praça da República (2)



Fonte: Arquivo Pessoal (2016)

Praça da República (3)



Fonte: Arquivo Pessoal (2016)

A discussão que se constrói a partir desta transformação é acerca de qual a perspectiva adotada para se empreender o planejamento urbano nas cidades do interior, uma vez que seta ação: o planejamento, quando elaborado em consonância com as necessidades e expectativas da população, no que tange a elaboração de um espaço voltado para o

desenvolvimento da sociedade como um todo, constitui importante ferramenta para o desenvolvimento sustentável da cidade em seus mais amplos aspectos.

A necessidade da avaliação do planejamento deve partir de uma visão crítica e multidisciplinar focado na solução dos problemas reais do cidadão que devem ser observados pelas políticas públicas. É preciso então ter clareza quanto a necessidade de políticas públicas para a resolução de um problema real, existente; e não a elaboração de um problema para a criação de uma política pública que atenda aos interesses de setores específicos.

No contexto da praça existe o problema real: tráfico e consumo de entorpecentes. A política pública resultante deste problema não deve ser focada na reforma da praça, mas na elaboração de soluções efetivas para a recuperação destes usuários, ou seja o que se percebe não é a necessidade de uma obra na praça, mas de um investimento substancial no setor da saúde e assistência social. Quando a obra se volta, neste discurso para a reforma da praça, ela deturpa uma necessidade latente da comunidade, transformando esta necessidade em um subterfúgio para o investimento não em um problema real, mas em uma ação que resulte em maior visibilidade política.

O não planejamento efetivo da reforma que se avilta em detrimento da restauração – sendo esta última o preceito de maior valoração patrimonial – desconsidera o valor imaterial do centro histórico e, por conseguinte da praça que dele faz parte; desconsiderando que a destruição do acervo arquitetônico e histórico, influencia diretamente na preservação ambiental e do microclima que a mesma comporta. Assim espécimes de animais são desalojados e o equilíbrio ambiental fragmentado acaba por alterar fluxos migratórios e afins. Percebemos então que a confluência de problemas é imensa e desencadeia efeitos que se propagam na cidade de forma substancial.

É então importante salientar que o observar das praças revela a essência da cidade, dali ela deriva e se expande. Certo é que esta observação revela a não linearidade desta expansão, mas seu cerne e dela advém a base para a compreensão da contradição na apropriação do espaço. Esta avaliação é do espaço enquanto revelador da história e não determinante, uma vez que o espaço quando revela esta história elabora perspectivas inclusive de transformação da mesma. O problema levantado é que que a transformação deve se ater a melhoria, não a destruição, pois esta quando ocorre acaba por fazer do movimento de transformação um jogo perde ganha, que em nenhum momento é positivo para a questão da humanização das cidades.

Este jogo é positivo quando adota a postura ganha- ganha, na qual o que já está edificado serve como “inspiração” para aquilo que há de ser construído futuramente.

A transformação meramente quantitativa desvincula o significado do signo e desconstrói o processo de humanização com base na instantaneidade da pós modernidade.

O período atual sinaliza uma brutal transformação no tempo e nas formas de vivê-lo, mas se a chamada “pós-modernidade” é marcada pela instantaneidade no que se refere ao tempo, o tempo enquanto uso, isto é, identificado como duração da ação no espaço e revelado nos modos de apropriação, é hoje um tempo acelerado, comprimido e imposto pelo quantitativo (CARLOS, 2007 p. 55).

A memória impressa no espaço esmorece o referencial da vida humana quando é apagada em nome da modernização proposta sob políticas públicas que não contemplam a formulação de espaços de história do povo. É neste planejamento urbano, voltado para o imediatismo que se deturpam as relações de humanidade entre o ser humano e o espaço que ele ocupa. Esta relação desconstruída acaba por mitigar a memória coletiva e propicia a alienação do indivíduo frente a sua própria formação histórica.

O que advém dessa alienação é uma falta de compromisso com a cidade. Tudo pode ser transformado. Tudo é descartável. Inclusive as pessoas. Se na relação com o espaço ele pode ser visto como algo inútil que deve ser substituído por algo declarado como “mais belo”, “mais útil” o que não dizer das pessoas, dos trabalhadores. Estes também são descartáveis assim como o espaço que eles habitam.

A gestão urbana neste contexto elabora a perspectiva de que tudo que não é “útil” ou “agradável” deve dar lugar a algo moderno, agradável, útil. Neste contexto o que se lê é que o planejamento atual das cidades não contempla aquilo que não reflete a modernidade e, segundo esta análise, a cultura do descarte decai sobre o patrimônio histórico material como forma de extirpar o patrimônio imaterial. Assim a noção do que era não agrega valor, como se fosse necessário esquecer nossa formação cultural como meio para alcançar um progresso que nos é impingido de cima para baixo, em especial nas cidades interioranas que – ao espelharem-se nos grandes centros – criam uma visão de que é necessário modernizar-se qualquer custo para alcançar o progresso. Mas a análise do que seja progresso acontece apenas superficialmente, não se volta para a avaliação das políticas públicas mais efetivas em longo prazo, ou seja, os projetos nas áreas de saneamento básico, saúde e educação.

Nesta proposta a praça não é vista então como um espaço de produção. Ela se constitui como espaço vazio, que não produz e desta forma não reflete a modernidade, não é útil. Ao reformar este espaço em detrimento da sua restauração, existe a elaboração de que a

praça é um espaço amnésico, na definição de Castro (2007) “um espaço sem referências e inóspito à vida, porque limita e restringe as modalidades do uso” uma vez que no contexto moderno apenas é espaço urbano aquilo que produz algo segundo a visão capitalista. Se a praça não produz ela se configura como espaço inútil.

O ritmo na praça é então modificado para atender a necessidades que não estão inseridas na vida cotidiana do cidadão. O valor social da praça muda. Logicamente o valor monetário daquele espaço e de seu entorno também é modificado, assim como a estrutura arquitetônica o que em longo prazo causa às pessoas uma estranheza frente ao seu próprio contexto, a sua história de vida. Esta estranheza faz com que não apenas o espaço não mais pertença às pessoas, mas as pessoas não pertençam ao espaço. Nesta perspectiva a destruição do patrimônio configura-se como a destruição do obsoleto para dar novo sentido ao contexto comercial volátil sem estabelecer vínculos ou referências, em um processo de aculturação urbana.

Como esses conjuntos não pertencem, exclusivamente ao domínio das formas, das práticas sociais, podemos afirmar que a morfologia está carregada de um valor social que também faz parte do quadro de referências da vida e, por isso, entra no plano da memória, revelando sequências de passagens de uma forma à outra. Por sua vez, podem assumir funções diferenciadas. Significa pensar que os ritmos da vida cotidiana se ligam à duração das formas e de suas funções e estas à construção da identidade e da memória. O que assistimos é a constituição de uma outra identidade com o lugar, ou seja, a dos moradores com estes novos “monumentos” da vida cotidiana moderna. Como as formas se associam ao uso, dois tempos podem ser percebidos na paisagem urbana, que são aquele da história e do contexto de sua transformação e aquele do contexto e do tempo do seu uso. O primeiro tempo liga-se ao tempo da morfologia urbana ou da história da cidade e o segundo refere-se ao tempo e ao ritmo da vida na cidade o qual permite a construção das referências da vida urbana (no tempo da vida) (CARLOS, 2007, p. 59).

O que elabora estas características é em maior escala reproduzido nas adjacências. Ora, se a praça central e o centro histórico são os locais dos quais a cidade advém, as transformações empreendidas nestes locais imprimem transformações nos demais locais da cidade. Pois mesmo que a transformação física destrua o contexto arquitetônico, a ideia de expansionismo cultural que a praça congrega ainda existe e é exemplificada na reprodução de suas alterações que passa a ocorrer nas demais praças e bairros que elaboram seu conceito de modernização pela observação do espaço central da cidade.

São longos tanto os processos físicos quanto os processos de desconstrução cultural, pois a centelha da cultura vai sendo apagada do espaço público e a integração social passa a ser restrição de espaços cada vez mais exclusivo. Desta forma o planejamento urbano ao modernizar a praça retira dela seu papel de espaço social e faz deste “novo” espaço algo

completamente desvinculado daquilo que ele era ou representava anteriormente passando a ser um espaço de aculturação.

A atenuação da sociabilidade é marcada pelo fim de atividades que aconteciam nos bairros, com o fim das relações de vizinhança provocado pela televisão, num primeiro momento, e pelo adensamento dos automóveis, em outro, que tirou as cadeiras das calçadas. Constata-se o fim das procissões, onde todos se encontravam; o fim das quermesses que marcaram o período das festas juninas; o fim dos encontros nas esquinas, os ensaios das escolas de samba que antes ocorriam nas ruas dos bairros, hoje ocorrem em quadras cobertas e fechadas, a destruição de ruas e praças em artigos bairros que acabam com pontos de encontro etc. (CARLOS, 2007, p. 52).

O que surge é então retrospecto das ações empreendidas em todas as cidades da er moderna, uma desconstrução de um passado que se quer extinto e a elaboração de uma nova perspectiva, que se volta para a apropriação do espaço como elemento decorativo financeiro que não leva em conta a salutar contribuição do espaço verde para a qualidade de vida, conforto ambiental e interação entre as espécies sejam elas de animais “racionais” ou irracionais. Neste jogo de modernizar para valorizar o que perde valor é a humanidade que passa a existir nos espaços verdes das cidades, em especial a cidade interiorana de Itumbiara (GO), como invasores que estão a ocupar espaço “ocioso” que poderia ser aproveitado para uma utilidade mais capitalista, mais mensurável e mais comercial.

Fato é que a posição de que o espaço da praça não traz mais segurança para a interação social é uma forma de minar estas relações impulsionando a ideia de que a destruição do patrimônio não é, na verdade negativa. Esta destruição passa a ser vista como um bem à sociedade, à segurança; na medida em que é criada a ideia de que o problema é a praça e não a falta de infraestrutura da cidade, mas a existência do espaço lido – superficialmente – como vazio.

3. Conclusão

*Casas entre bananeiras
Mulheres entre laranjeiras
pomar amor cantar.
Um homem vai devagar.
Um cachorro vai devagar.
Um burro vai devagar.
Devagar... as janelas olham.
Eta vida besta, meu Deus.*

Carlos Drummond de Andrade – Alguma poesia

Avaliar o processo de destruição das praças nas cidades do interior do Brasil, em especial no estado de Goiás significa emaranhar em um processo que vai muito além do espaço, da geografia física pura e simples. O espaço nunca é simples. A interação das pessoas com o

espaço e com elas mesmas dentro deste, é uma relação simbiótica que resulta em uma complexidade social talhada nas relações de poder e troca que as cidades congregam em seu dia a dia.

A praça não é apenas um espaço vazio, ela é uma parte que contém a essência da cidade. Seus ideais, suas expressões culturais e sua representatividade. Neste aspecto as políticas públicas devem propor estratégias de revitalização das praças de forma a preservar aquilo que lá está no aspecto matéria – pedras, fontes, árvores. Pois este espaço do qual a gênese da cidade se expande é material neste aspecto, mas também é imaterial a partir do momento em que congrega a história daquela ocupação, os indícios de expansão que dali se originaram e os rumos que a sociedade da cidade toma a partir de seu marco inicial. O que é ainda mais salutar é sua proteção determinada constitucionalmente no Art. 216 “o Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação” (BRASIL, 1988).

Para além desta premissa é importante avaliar que a função ambiental da praça constitui objeto de observação dos propósitos do planejamento urbano, haja vista que na praça estão os animais que encontram refúgio nas árvores entroncadas em meio a carros, prédios e poluição; construindo na praça então um micro habitat que serve para que estas espécies sobrevivam em meio a urbanização; e este espaço é contribuinte para a manutenção da saúde e bem – estar amplos de todos que ali transitam ou habitam.

O estudo ambiental da praça merece destaque ainda para a necessidade de zonas de captação de águas pluviais, especialmente na cidade de Itumbiara. Devido a ausência de sistemas drenantes mais efetivos que o calçamento à portuguesa que foi implementado nas praças estudadas. Em suma, todas as observações dos meandros de preservação das praças e seu caráter multifacetado replicado em toda a cidade é de relevância ímpar para a pronta coexistência entre os homens e animais que disputam o espaço das cidades; entretanto o caráter mais expressivo do estudo diz respeito ao valor imaterial sutil destes locais.

A proposta de restauração das praças é uma proposta de restauração da identidade do povo que habita o Brasil, do povo pra quem a praça era diversão e disseminação de suas características mais peculiares. Não se propõe aqui o estabelecimento da praça enquanto espaço imutável. Ela é dinâmica como a cidade que a contém, como o povo que é contido nela. Mas que este povo e sua história não sejam contidos. Esta é a visão crítica que o planejamento urbano

deve ser propor a preservar. O planejamento não é a desconstrução/reconstrução vazia; outrossim é a ambientação do antigo e do novo a fim de que o desenvolvimento seja construído sobre bases firmes.

A restauração deriva então da revitalização do espaço e não como fator de apaziguamento de políticas públicas construídas sob um contexto paliativo. Os problemas da cidade eclodem nas praças públicas, mas não são frutos das mesmas. Outrossim as praças são meios para que a necessidade imperiosa de sobrevivência seja discutida e analisada. Nas praças pesquisadas encontra-se o sentido do encontro na festa de Santa Rita de Cássia da praça da República, o encontro dos amigos da escola na Praça São Sebastião e o encontro dos jovens pais no nascimento dos filhos na Praça da Bandeira. Esta perspectiva identifica estes lugares no imaginário popular dos cidadãos de Itumbiara. Desconstruir a praça é desconstruir estas relações.

Ao transformar o espaço sem a gestão urbana ampla que contemple estas relações perde-se o caráter de gestão para o povo; o que nos leva a conclusão de que a praça deve ser sempre objeto de restauração uma vez que não há outra opção que contemple a pluralidade da mesma e suas características multifacetadas. Além disso, a sustentabilidade deve ser entendida no planejamento urbano como uma ação que vai além da sustentabilidade ambiental.

A cultura de um povo deve ser sustentável através da humanização dos espaços nos quais ela está inserida de forma que a mesma possa ser repassada de geração em geração proporcionando a reflexão acerca do que foi efetuado e do que pode ser construído para a sociedade como forma de progresso que contemple as necessidades de todos que habitam os mais diversos locais. As políticas públicas devem buscar a promoção da interação entre os mais diversos grupos sociais proporcionando um espaço onde estas relações possam acontecer em sua amplitude mais humana, seus anseios abstratos tais como a memória afetiva, mas também seus anseios concretos como a manutenção da renda dos vendedores ambulantes que em torno dela gravitam, e retiram seu sustento das atividades que este espaço propõe, tais como as missas, quermesses e casamentos que movimentam o comércio informal nos mais diferentes horários.

Em suma, o planejamento dos espaços públicos das praças não deve ser efetuado de forma a mascarar as necessidades daqueles que habitam, gravitam e utilizam a praça. O planejamento deve, outrossim, voltar-se para as necessidades latentes da saúde e educação propondo as políticas públicas que podem, certamente, utilizar o espaço social da praça para ações de ampliação de suas atividades para propagação de campanhas ou apresentações

culturais que tenham como objetivo disseminar a saúde, a educação, o desporto. Mas é impensável que a transformação da praça vá resolver o problema destes setores.

Há que se trabalhar fora da praça e nela mesma, a percepção de que o espaço ali não é inútil, trabalhar os valores que a cidade tem. A esterilização destes espaços para depois recriá-los em ambientes fechados tais como shoppings ou galerias retira das pessoas a naturalidade do viver e, desta forma sua essência enquanto ser humano livre. Lefebvre trabalha o sentido de vida no espaço enquanto um conjunto de relações estabelecidas entre pessoas dentro de um contexto. A preservação do espaço dentro de um planejamento urbano amplo e crítico é preservar o sentido geral de patrimônio enquanto essência da humanidade.

4. Referências

- BURCI, Maria Paula Dallari. **Direito administrativo e políticas públicas**. São Paulo: Saraiva, 2002.
- CARLOS, Ana Fani. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: Labur, 2007.
- CARLOS, Ana Fani. **A (re)produção do espaço urbano**. São Paulo: Edusp, 1994.
- DIÁRIO DE ITUMBIARA (2013). Disponível em: <www.diariodeitumbiara.com.br>. Acessado em: 20 jul. 2016.
- DIAS, Edinea Mascarenhas. **A ilusão do Fausto: Manaus 1890-1920**. Manaus: Valer, 1999.
- FOUCAULT, M. O nascimento da medicina social. In: FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro, Graal, 1979.
- GOMES, Paulo Cesar da Costa. **Geografia e modernidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.
- LEFEBVRE, Henri. **La vie quotidienne**. 3 volumes. Paris: L'Arche, 1961
- SANTOS, Luzia do Socorro Silva dos. **Tutela das diversidades culturais regionais à luz do sistema jurídico ambiental**. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris, 2005.
- SANTOS, Milton et al (orgs.). **Território, globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec-ANPUR, 1994.
- SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova**. São Paulo: Hucitec, 1978.